

## **Paisagem da dependência: a urbanização planetária de um imperialismo em transformação.**

*Paisaje de la dependencia: la urbanización planetaria de un imperialismo en transformación.*

**E1\_02 - Urbanização planetária e planetarização do urbano: reflexões a partir da realidade urbana latino-americana.**

**Cláudio Rezende Ribeiro**  
PROURB-FAU-UFRJ, Brasil.  
claudioribeiro@fau.ufrj.br

**Resumo:** Esta comunicação considera que, para entender corretamente a “planetarização do urbano” é preciso ampliar e aprofundar instrumentos teóricos de compreensão das determinações que orientam a urbanização planetária. A proposta visa apresentar elementos teóricos e empíricos desenvolvidos para construir a categoria “paisagem da dependência”. Seu intuito é promover uma leitura crítica sobre a maneira através da qual o imperialismo promoveu, e continua promovendo, a urbanização como forma de “exportação de capitais”. Vamos apresentar alguns aspectos teóricos referentes à construção desta categoria com o intuito de promover um debate acadêmico sobre novas formas de leitura do espaço urbano e da história da urbanização periférica.

Quais as consequências para a urbanização latino-americana das atuais mudanças dos polos de dominação internacional do capital? Como as alterações no desenvolvimento do imperialismo interferem na urbanização planetária e, sobretudo, como esta urbanização pode ser identificada como sintoma e até mesmo origem de certas alterações no cenário econômico internacional? Para responder a estas perguntas, e formular outras tantas, apresentamos uma reflexão teórica que interpreta a urbanização brasileira a partir de uma história das técnicas reivindicando o meio técnico-científico-informacional de Milton Santos, conjugada com a leitura da Teoria Marxista da Dependência articulada ao conceito Direito à Cidade de Lefebvre, interpretado como reivindicação do direito ao trabalho emancipado. Desta maneira, a paisagem da dependência articula o mundo do trabalho, o imperialismo, a dependência e a história técnica da urbanização para estabelecer de novas interpretações da formação contemporânea do urbano.

**Palavras-chave:** urbanização; imperialismo; dependência.

**Resumen:** Este artículo argumenta que una comprensión adecuada de la "planetarización de lo urbano" requiere ampliar y profundizar las herramientas teóricas para comprender los determinantes que guían la urbanización planetaria. La propuesta busca presentar los elementos teóricos y empíricos desarrollados para construir la categoría de "paisaje de dependencia". Su propósito es promover una lectura crítica de cómo el imperialismo ha promovido y continúa promoviendo la urbanización como una forma de "exportación de capital". Presentaremos algunos aspectos teóricos relacionados con la construcción de esta categoría para fomentar un debate académico sobre nuevas formas de comprender el espacio urbano y la historia de la urbanización periférica.

¿Cuáles son las consecuencias para la urbanización latinoamericana de los cambios actuales en los polos de dominación del capital internacional? ¿Cómo interfieren los cambios en el desarrollo del imperialismo con la urbanización planetaria y, sobre todo, cómo puede esta urbanización identificarse como síntoma e incluso como origen de ciertos cambios en el panorama económico internacional? Para responder a estas preguntas, y formular muchas otras, presentamos una reflexión teórica que interpreta la urbanización brasileña desde una historia de las técnicas, recuperando Milton Santos, combinado con una lectura de la Teoría Marxista de la Dependencia articulada con el concepto de Lefebvre del Derecho a la Ciudad, interpretado como una reivindicación del derecho al trabajo emancipado. De esta manera, el paisaje de la dependencia articula el mundo del trabajo, el imperialismo, la dependencia y la historia técnica de la urbanización para establecer nuevas interpretaciones de la formación contemporánea de lo urbano.

**Palabras-clave:** urbanización; imperialismo; dependência.

## **Introdução<sup>1</sup>**

A conjuntura geopolítica contemporânea estimulou a retomada do debate a respeito do imperialismo e suas implicações teóricas e históricas. As posições explícitas da política estadunidense, organizada entre o protecionismo nacional (imposição de tarifas comerciais); expansão de seu poder territorial através do militarismo (suporte econômico, político e militar incondicional ao genocídio na Palestina, ação militar criminosa na Venezuela, e ameaças à Groenlândia, etc), além do aumento de vigilância e repressão doméstica através da ação ostensiva de polícia de imigração colocam em destaque a capacidade que o grande capital, no século XXI, renova as antigas formas de demonstração e expansão de seu poder. Estas ações, obviamente, estão relacionadas com as disputas internacionais pela multipolaridade do poder global a partir, sobretudo, da emergência da China como potência global ao longo do século.

Este trabalho, entretanto, não pretende abordar estas dimensões conjunturais desta fase avançada da “planetarização do urbano” que o mundo atravessa. Muito pelo contrário, este texto pretende apresentar uma categoria de interpretação da realidade que considera que o imperialismo nunca deixou de ser um elemento essencial para o entendimento da realidade, mesmo em momentos em que sua presença não estivesse tão acentuada. Consideramos que esta categoria não pode ser descartada como determinante fundamental para a compreensão da reprodução social de forma geral, mas vamos considerar, aqui, a sua relação direta com a produção do espaço. Porém, o imperialismo será aqui interpretado a partir do ponto de vista de suas consequências territoriais na periferia do capitalismo, invertendo o olhar de suas ações a partir da maneira como as espacialidades periféricas lidam com suas imposições.

A categoria que apresentamos neste texto não pretende compreender apenas a maneira através da qual o capital articulado nos países centrais condiciona a produção global do espaço urbano, impulsionando sua planetarização a partir de condições específicas verticalizadas na direção centro-periferias. Assim, não vamos abordar o “espaço do império”, posto que consideramos mais central compreender o movimento oposto, de recepção, importação, adaptação, mas também de resistência, dos espaços que são urbanizados de forma heterônoma, na periferia. O estudo das determinações que constituem este fenômeno resultana categoria que denominamos “paisagem da dependência”.

### **Paisagem da dependência: síntese de determinações do espaço periférico**

Ao longo do século XX, o mundo experimentou uma urbanização paralela à produção industrial (LEFEBVRE, 2004a) que nunca fora igualada em qualquer período histórico anterior, seja por sua abrangência geográfica, seja por sua velocidade de disseminação. A urbanização do século XXI, por sua vez, tem produzido uma diversidade de impactos em escala, qualidade e alcance espacial que, apesar de não alterarem a tendência anteriormente percebida, produz efeitos diversos daqueles do século passado, agravando qualitativamente e em escala as condições desiguais de urbanização (DAVIS, 2007). Segundo o relatório anual do Fundo das Nações Unidas para a População, em 2008 o mundo alcançou o marco de mais da metade da sua

1

O Coletivo PERIFAU, do Laboratório de Direito e Urbanismo do PROURB, tem promovido estas reflexões desde 2015. Agradeço a participação de várias/os bolsistas de graduação, mestrandas/os e doutorandas/os que têm alimentado estes estudos ao longo desta década. Da mesma maneira, inseri contribuições oriundas do debate realizado neste 4º CIHU, e transmito meus agradecimentos a todas/os que organizaram e participaram do simpósio em que apresentamos nossa comunicação.



população (3,3 bilhões de pessoas) habitando áreas urbanas (UNFPA, 2007); e hoje em dia este número já representa mais de 55% segundo dados da mesma ONU.

Este fenômeno da urbanização contemporânea é cada vez mais organizado pela financeirização da produção do espaço (MINTON, 2017; ROLNIK, 2015) e, portanto, submetido a uma volatilidade de mercado que interfere na sua produção gerando efeitos diversos tais como especulação imobiliária de alta performance, deslocamentos em massa de populações pobres, desapropriações e execuções hipotecárias, enfim, ampliando e diversificando a espoliação urbana (KOWARICK, 1993; HARVEY, 2005) a partir de um fenômeno de aprofundamento de políticas neoliberais e imperialistas de organização do capital.

Paralelamente, a intensificação da violência e do confronto como substitutos da democracia e do conflito tem configurado uma dupla movimentação de guerras urbanizadas e de urbanização da guerra (GRAHAM, 2016), orientando urbanismos que produzem paisagens repletas de elementos condicionadores de violência, naturalizando ocorrências relacionadas à segregação urbana e à privatização de espaços públicos.

Tais imposições culturais, econômicas e políticas que homogeneizam os tecidos urbanos de todo globo reproduzem o que tem sido identificado como um urbanismo neoliberal construído, cada vez mais, sob a ótica da austeridade e produzindo resultados de distribuição desigual de riscos, desastres e violências, reforçando, também, a injustiça e o racismo ambiental.

Todo este contexto é, ao mesmo tempo, causa e efeito de uma crise estrutural do capitalismo que tem produzido alterações profundas no mundo do trabalho (MATTOS, 2019) acentuadas, inclusive, a partir da inovação da forma de exploração de serviços voltados para a reprodução urbana, tais como o transporte (Uber) e a hospedagem turística (AirBnb) que se tornaram impulsionadores da consolidação de um infoproletariado cada vez mais distantes do direito à cidade.

A pandemia de Covid-19 acirrou conflitos diante de uma forçada diminuição de fluxos do capital e do trabalho que já se encontravam em crise, reforçando a conturbada trajetória do mercado financeiro internacional, derrubando bolsas, investimentos e fechando empresas mundo afora, ampliando, assim, o desemprego. O período pós-pandêmico tem apresentado traços ainda mais fortes da crise do capital, traduzindo-se de maneira mais dramática e brutal a partir do aumento da produção desinformação em massa, a naturalização da guerra convertida em máquina de especulação urbana global (genocídio em Gaza), ampliação de características fascizantes da sociedade culminando na estetização espetacular da política. A aceleração da crise climática, que incorpora a crise energética de combustíveis fósseis, obviamente, impõe uma realidade cada vez mais dura e complexa, propícia à disseminação de uma ecologia do medo (DAVIS, 1998) que, como é sabido, estrutura-se no racismo, no ataque à classe trabalhadora, no corte seletivo de investimentos em políticas sociais e, obviamente, na manutenção do *modus operandi* do modo de reprodução social global.

Todo este processo acompanha e promove o acirramento da disputa entre potências globais pelo controle hegemônico do acúmulo de riquezas, do comércio internacional, de sua militarização, sua política e cultura. A possibilidade de multipolarização global ou mesmo de uma substituição do polo hegemônico, representadas, sobretudo, pelas disputas comerciais e diplomáticas entre Estados Unidos da América e China produzem inseguranças e instabilidades globais que também podem interferir, como sempre o fez, nos rumos da sua urbanização.

Estas complexas relações, entretanto, não são apreensíveis de forma imediata e seus efeitos se expressam de forma atomizada. É necessário ampliar o escopo das múltiplas determinações do concreto para que a essência do aparente processo de crise seja identificada de maneira mais precisa. Para isso, é preciso uma identificação rigorosa de fenômenos que configurem as realizações das interferências globais do imperialismo em um cenário urbano periférico, evidenciando como se deu, historicamente, a constituição destes espaços; e para o caso latinoamericano, deve ser assumido o caráter de incompletude das suas metrópoles (SANTOS, 2007) como um ponto de partida de sua relação com a urbanização global.

Isto significa que as transformações urbanas deste subcontinente ocorreram permanentemente segundo uma relação assimétrica (imperialista, colonial, etc) de poderes na qual um controle centralizado e distante determinou, a partir de uma verticalidade intermitente, qual deve ser o ritmo e o sentido hegemônico das mudanças na/da periferia.

Percebe-se, hoje, uma complexa dinâmica urbanística, produtora de desigualdades novas e crescentes, que pode representar um sintoma, com expressão territorial, de uma crise estrutural do capital que inclui, sobretudo, mudanças na correlação de forças de investimentos internacionais relacionados com a produção do espaço, isto é, uma disputa pelo controle da verticalidade global no que diz respeito aos rumos da valorização da terra urbana e, sobretudo, da continuada ampliação da extração de mais-valor por meio do sobretrabalho nas localidades periféricas onde o capitalismo dependente é a regra.

O cenário urbanístico brasileiro, por exemplo, sofreu profundas transformações na última década que não podem ser compreendidas apenas a partir de leituras domésticas da crise urbana, sobretudo a partir de recortes que colocam a produção imobiliária como centro da análise global, desconsiderando sua relação com setores produtivos de modo mais amplo. As ondas de investimento urbanístico recentes, por exemplo, que se expressaram nos “megaeventos”, e posteriormente na expansão de imóveis para aluguel de curta temporada não são explicáveis apenas como fenômenos imobiliários e precisam ser entendidos como constituintes do urbano, o que inclui, pelo óbvio, compreender as relações do mundo do trabalho que estão inseridas neste processo. A substância do valor, o trabalho, permanece como fonte inequívoca de extração e acumulação de riqueza e, portanto, não pode ser colocada para escanteio ao procurarmos explicações para as transformações das cidades contemporâneas. E, se estamos falando de trabalho, é preciso levar em consideração as diferenças entre o império e a dependência.

A teoria marxista da dependência tem estudado diversas questões relacionadas a esta forma específica de desenvolvimento, mas sua resultante espacial, que também interfere na sua constituição, tem sido pouco explorada. Da mesma maneira, o campo de estudo das conformações espaciais das cidades brasileiras tem dedicado pouco espaço às consequências de uma modernização dependente para a sua conformação paisagística.

Estudar a paisagem da dependência, portanto, pode ser uma contribuição importante para inferir no entendimento da totalidade tendencial da produção do urbano contemporâneo. Acreditamos, ademais, que estes estudos não servirão apenas para evidenciar processos que ocorrem nos países periféricos. Cidades em todo o mundo tem características cada vez mais semelhantes às das cidades periféricas, inclusive as dos países centrais. Por fim, a categoria de “paisagem da dependência” surge a fim de possibilitar novas configurações de interpretação da história da cidade e do urbanismo a partir de um pensamento crítico que articula clássicos da crítica da economia política, estudos urbanos latinoamericanos, e a teoria marxista da dependência.

Para fins deste texto, mantendo a relação com mais direta com os debates realizados durante o 4º Congresso Ibero-americano de História Urbana vamos explorar aspectos importantes para a conformação da categoria “paisagem da dependência”: a configuração da urbanização como exportação de capitais e a sua relação com a história das técnicas e do trabalho em contextos periféricos.

### **A exportação de capitais, a unicidade das técnicas e a imposição dos tempos.**

Trabalho é história. A humanidade, socialmente organizada, produz trabalho que transforma a si mesma, alterando seus espaços e seus tempos. A relação entre história, espaço e trabalho é uma condição fundamental para o entendimento da paisagem da dependência. Compreender a realidade a partir desta relação significa observar a maneira como o capitalismo organiza, sobretudo, o ritmo, os tempos de vida da classe trabalhadora. Conceber uma leitura crítica da cidade a partir destes elementos significa construir uma espécie de história das técnicas no espaço. Mas não se trata de um espaço neutro, o lugar de investigação situa-se na relação entre o imperialismo e a dependência, isto é, o estudo que estamos propondo parte da necessidade de compreender a movimentação dinâmica da configuração espacial na história do desenvolvimento técnico do capitalismo na periferia, e como isto significou uma alteração dos tempos de vida, seja do passado, do presente e do futuro; da memória, da reprodução social e das utopias experimentais.

Antes de apresentarmos, ainda que de forma breve, as bases teóricas que alimentam esta categoria, vamos retomar alguns pressupostos que devem ser levados em consideração. Acreditamos que, para entender corretamente a “planetarização do urbano” é preciso ampliar e aprofundar instrumentos teóricos de compreensão das determinações que orientam a urbanização planetária. Queremos promover uma leitura crítica sobre a maneira através da qual o imperialismo promoveu, e continua promovendo, a urbanização como forma de “exportação de capitais”. Consideramos que a Teoria Marxista da Dependência apresenta elementos incontornáveis para compreendermos os resultados do imperialismo através de quem recebe seus impactos mais diretos. Consideramos que a relação entre urbanização e o mundo do trabalho é central para o entendimento dos limites históricos da busca por um direito à cidade como elemento de ruptura sistêmica. Por fim, entendemos que o campo do urbanismo (e da arquitetura) produz elementos de percepção e representação gráfica que, ao partir da paisagem como ponto de interpretação da realidade, tem um potencial de estabelecer diálogos críticos socialmente relevantes desde que assumam o espaço como um híbrido “forma-conteúdo”<sup>2</sup>.

O urbano, conforme estabelecido por Lefebvre, não se desenvolve fora de contexto. O modo capitalista de produção impõe determinantes que, de maneira mais ou menos homogêneas, tendem à conformação de um espaço mercantilizado, isto é, uma forma que não revela seu conteúdo explícito. O urbano é a expressão sócio-geográfica da resultante do processo de mercantilização da vida produzido pela industrialização capitalista com todas as suas contradições. Mas a sua planetarização não ocorre de forma serena, contínua e fatal. A exportação das relações sociais oriundas do capital encontra inúmeras barreiras e conforma diferentes maneiras de adaptação.

---

<sup>2</sup> Como este texto está organizado a partir dos debates que ocorreram no 4º CIHU, esta última determinante não será desenvolvida neste momento, posto que o tema principal das interlocuções do Congresso giraram em torno das articulações teóricas apresentadas no início deste parágrafo.

A colonização é uma dominação que atuou na América Latina de forma longa e, como não poderia deixar de ser, de forma histórica, isto é, com um conteúdo político, social, econômico e espacial que se transformou ao longo do tempo. Florestan Fernandes (2009), ao estudar os padrões de dominação externa na América Latina, demonstra o aprofundamento dos aspectos de heteronomia, da economia às normas, passando pelas técnicas e pela sociabilidade, que acompanham a transformação do Sistema básico de colonização em neocolonialismo e imperialismo. Mas dentro da longa e complexa história de implementação do capitalismo em escala planetária, não houve apenas mudanças ao longo de seus aprofundamentos, houve mudanças do próprio trajeto que esta relação social, o capital, percorreu a depender da conformação histórica inicial que encontrou nos espaços de suas expansões.

Marx já apontava, no último capítulo do volume 1 de “O Capital”, chamado “A teoria moderna da colonização”, que a exportação das relações sociais do modo de produção não seriam tão simples como a exportação de mercadorias, como era imaginado por pensadores favoráveis ao sistema hegemônico. De forma irônica e precisa, Marx aponta as dificuldades de implementação das relações de propriedade privada e de trabalho assalariado nas colônias que, conforme ele demonstra, não se daria apenas por decreto. E, mesmo quando ocorresse, necessariamente sofreria adaptações. Entretanto, existe algo que deveria ser enfrentado em todas as fronteiras a fim de consolidar a sociabilidade capitalista: as relações de exploração do trabalho são condição *sine qua non* para a reprodução e sobrevivência do capital.

Porém, não nos concerne aqui a situação das colônias. O que nos interessa é apenas o segredo que a economia política do Velho Mundo descobre no Novo Mundo e proclama bem alto, a saber, o de que o modo capitalista de produção e acumulação – e, portanto, a propriedade privada capitalista – exige o aniquilamento da propriedade privada fundada no trabalho próprio, isto é, a expropriação do trabalhador. (Marx, 2013, p.844)

A centralidade desta determinante não pode ser deixada de lado sob o risco de se perder o processo histórico de formação do valor, e de sua apropriação na forma de riqueza, por parte dos proprietários dos meios de produção. É cada vez mais complexa esta relação e, muitas, vezes, somos tentados a interpretar a realidade abrindo mão da centralidade do trabalho, mas se o capitalismo estão em vigor, a oposição entre capital e trabalho permanece central e precisa ser evidenciada. Em um mundo cada vez mais urbano, sua expressão deve ser encontrada nas diferentes expressões e conformações espaciais oriundas da formação do capital.

Em 1917, portanto 50 anos depois do texto de Marx, o capitalismo está conformando sua primeira grande guerra como solução para as disputas internacionais de sua acumulação e Lênin, em meio ao conturbado processo revolucionário, produz um de seus textos clássicos, “O imperialismo: fase superior do capitalismo” (Lênin, 2005), dentre outras coisas para demonstrar que a guerra não se tratava de uma disputa entre nações, em defesa da pátria, mas de um acerto de contas entre os capitais que se organizavam em sua fase imperialista, monopolista e belicosa.

Dentre as inúmeras contribuições teóricas de “O imperialismo”, é importante destacar que Lênin, ao descrever o modo como o capital estava se expandindo, contribui bastante para o entendimento de dois aspectos que nos interessam: o modo como o imperialismo conduz a expansão da sociabilidade do capital; a relação deste procedimento com a urbanização, sobretudo a urbanização da periferia do mundo.

Como não poderia deixar de ser, Lênin sabe que as relações econômicas do capital são também políticas com desdobramentos em todas as esferas sociais. E, assim como Marx havia apontado que a exportação das relações sociais não se dariam por mera exportação da mercadoria, Lênin chama a atenção para o fato de que a expansão do capital dos bancos, ponto chave para configuração do imperialismo apoiado no monopólio, se dá através da exportação de capital. Exportar capital não é o mesmo que exportar dinheiro. Capital, como temos insistido, é uma relação social de produção que se apoia na expropriação do trabalho como forma de acúmulo de riqueza. Ora, esta relação precisa ser construída e, como Lênin demonstra, o uso da mercadoria dinheiro nas relações comerciais de exportação, na forma de empréstimo, acarreta uma série de decisões políticas que, cada vez mais, conformam uma sociabilidade adequada ao desenvolvimento do capitalismo, na forma que lhe couber:

Nas transações internacionais deste gênero [empréstimo de dinheiro] o credor obtém quase sempre algo em proveito próprio: um favor no tratado de comércio, uma base hulleira, a construção de um porto, uma concessão lucrativa ou uma encomenda de canhões. (Lênin, 2005, p.64)

Acontece que, como forma histórica daquele momento de desenvolvimento do capitalismo, uma das maneiras de exportação de capital bastante utilizada pelos países centrais era a exportação da urbanização, na forma da exportação de infraestrutura urbano-industrial. A conformação das cidades industriais nos países periféricos, portanto, não foi apenas um impulso industrializador desenvolvimentista das elites locais, mas foi também uma consequência da industrialização central. Mas não estamos aqui nos referindo a uma consequência do processo produtivo apenas, mas do processo de circulação de mercadorias. A urbanização industrial foi, também, a imposição de consumo de mercadorias, sobretudo na forma de infraestrutura urbana, segundo a produção e circulação internacional de infraestrutura:

Num relatório do cônsul austro-húngaro em São Paulo (Brasil) diz-se: “A construção de estradas de ferro brasileiras realiza-se, na sua maior parte, com capitais franceses, belgas, britânicos e alemães; os referidos países, ao efetuarem-se as operações financeiras relacionadas com a construção de estradas de ferro, reservam-se as encomendas de materiais de construção ferroviária. (Lênin, 2005, p.65)

Ferrovias, bondes, barcas, iluminação, limpeza urbana, saneamento, etc. Mercadorias exportadas que, ao serem consumidas, como ocorre com a maioria das mercadorias, convertem-se em um meio de trabalho relacionado a outro ciclo de produção. Neste caso, ao tratarmos de forma abrangente, da produção da própria urbanização que, como não podemos deixar de notar, altera as condições da reprodução social, inclusive, as condições de trabalho. Portanto, a exportação de capital na forma de infraestrutura urbana exerceu, e ainda exerce, um duplo papel: o consumo forçado do excedente produtivo realizado na forma da troca mercantil entre empresas e estados de diferentes nações – seguindo os padrões desiguais da dependência; e a implementação de um modo de vida conformado, cada vez mais, a partir das próprias mercadorias que eram exportadas e consumidas – eis a exportação mercantilizada da urbanização.

Para entender melhor este processo e suas consequências é fundamental situar que esta exportação ocorreu dentro do modo capitalista de produção e, portanto, carrega suas condicionantes históricas que estão relacionadas ao processo de valorização e suas contradições. Sobretudo, como se trata de trocas realizadas entre diferentes contextos nacionais, é

fundamental considerar as desigualdades entre as nações que são centrais e aquelas que são periféricas. A teoria marxista da dependência (TMD) oferece ferramentas indispensáveis para esta análise.

Para fins deste artigo, vamos nos deter em apenas dois elementos fundamentais extraídos da “Dialética da dependência” (Marini, 2022): a troca desigual na circulação internacional de mercadorias e as suas consequências para a manutenção da superexploração e para o surgimento de uma urbanização voltada para a classe média.

Em primeiro lugar, reforçando as contribuições feitas a partir do estudo sobre o imperialismo, a exportação de capital, na aparência, surge na forma de empréstimo de dinheiro (via bancos), mas na sua essência representa uma série de outras determinantes que, como afirmamos, conduzirão parte importante do processo de urbanização na periferia do capitalismo. Acontece que, dentro da própria relação de troca entre mercadorias *stricto sensu*, isto é, no próprio reino da circulação, surge uma desigualdade entre as nações centrais e periféricas que Marini vai caracterizar como troca desigual.

Esta troca desigual será justificada, de forma geral e imediata, como uma questão relacionada ao fator monetário cambial. Apesar de não podermos desconsiderar este fator, é importante perceber que tais explicações não dão conta da totalidade essencial do problema posto que permanecem na esfera da circulação. Ora, Lênin demonstra que a circulação de dinheiro na forma de empréstimo é uma das maneiras de imposição do imperialismo, posto que, junto com a mercadoria, exportam-se relações de produção de forma avançada e melhor resolvida pelo próprio capital do que o fora durante o século XIX quando Marx criticava corretamente as ingênuas ilusões de exportações de estruturas sócio-políticas diretas. Da mesma forma, o problema da troca desigual identificado pela TMD incorre em relações de produção que vão além da mera desigualdade monetária.

Sem entrar em detalhes desnecessários para esta exposição, basta evidenciar que a desigualdade reside, também, na maneira como a produção é organizada nos diferentes contextos nacionais centrais ou periféricos. A proporção entre a forma de extração de mais-valor relativa e absoluta nos diferentes contextos indicaria a essência da desigualdade da troca. O capital organizado nas nações centrais, devido às condicionantes históricas de seu desenvolvimento original, extrai maior quantidade de mais-valor relativo do que as nações periféricas que organizam, de modo dominante, sua extração de mais-valor na versão absoluta.

Esta diferença significa, em termos amplos, que existe maior intensificação tecnológica da cadeia produtiva nas nações centrais, promovendo maior produtividade da força de trabalho nestes lugares que, portanto, produzem mercadorias com maior valor acumulado, gerando uma desigualdade na troca por mercadorias produzidas de maneira mais precária e com baixo teor tecnológico no seu processo de valorização.

Entretanto, esta relação acarreta, ainda, uma consequência mais profunda que é a manutenção desta relação como uma necessidade para a ampliação do acúmulo de riqueza por parte do imperialismo. Afinal, quando estamos tratando de produtos com “baixo teor tecnológico” estamos nos referindo, sobretudo, à produção de alimentos que será concentrada na América Latina a partir do seu histórico colonial que, inclusive, oferece um passivo histórico importante: a escravidão.

Voltando para o panorama da exportação de urbanização. Pode-se inferir que, portanto, a exportação de capitais via infraestrutura urbana vai construir uma sociabilidade do capital ancorada em relações de trabalho que herdaram do passado escravocrata a possibilidade de uma taxa de exploração além daquela admitida em outros cenários históricos. Assim, a extração de mais valor absoluto, na periferia, vai possibilitar o surgimento da chamada superexploração, na qual a classe trabalhadora, ao vender sua força de trabalho, receberá um valor abaixo do necessário para sua própria reprodução. A chamada espoliação urbana, portanto, também pode ser compreendida dentro das relações imperialistas e de dependência.

Dentre as inúmeras consequências deste processo, é imperioso notar que o capitalismo periférico e dependente também possuirá suas formas próprias de desenvolvimento que incluem, inclusive, a necessidade de produção de um extrato da classe trabalhadora que seja capaz de consumir os produtos importados oriundos das trocas desiguais. Uma força de trabalho superexplorada não se torna consumidora de produtos forjados em cenários de intensa valorização tecnológica.

Assim, uma das consequências da dependência é a necessidade do surgimento de uma classe média que não representa um direcionamento social geral, mas que seja capaz de fazer circular as mercadorias oriundas das trocas desiguais: eletrodomésticos, automóveis, crédito bancário, espetacularização do lazer, turismo, etc. Entretanto, apesar desta classe média não se tornar uma tendência social geral, ela se torna o foco tendencial da urbanização geral. Afinal, é preciso produzir um extrato de classe que seja capaz de consumir a cidade que se exporta. Portanto, uma das condições de realização da paisagem da dependência é a produção, cada vez mais aprofundada, de uma cidade considerada “formal” que, na essência, é um espaço voltado para a conformação e reprodução de uma determinada classe média (Halfen; Ribeiro, 2025) – e isto produz desigualdades extremas visto que boa parte da população se mantém em condições de superexploração.

Para encerrarmos as bases teóricas centrais da construção desta categoria, é necessário reforçarmos a centralidade do mundo do trabalho como fator organizador da territorialidade. De forma breve, devemos lembrar que a produção do espaço capitalista está relacionada à imposição de um tempo único ao funcionamento do território, o tempo da produção geradora de acumulação de riqueza. Milton Santos, ao debater “A natureza do espaço” nos lembra que é “por intermédio das técnicas que o homem, no trabalho, realiza essa união entre espaço e tempo” (Santos, 2009, p.54), portanto, o estudo das transformações urbanizadoras de um determinado território precisa incorporar a história das técnicas que o produziu.

Como temos afirmado desde o início, a exportação de capital contém fatores determinantes para a construção da sociabilidade do capital e, dentro da realidade desigual entre os processos produtivos, esta exportação acarretará relações imperialistas que, do outro lado do espelho, serão percebidas e organizadas como dependência. O fator urbano destas relações, como foi apresentado, guarda relação com a produção de infraestrutura urbana como mercadoria que, como qualquer outra, possui seu valor de troca, mas também seu valor de uso.

O valor de uso das infraestruturas urbanas é amplo, e estamos defendendo que um deles foi criar uma tendência uniformizadora da urbanização. Esta tendência, entretanto, será recebida e organizada de maneira específica segundo o contexto histórico e geográfico que estas mercadorias encontrarem. Milton Santos, ao organizar seus estudos sobre a urbanização periférica (Santos, 2002, 2007, 2009), enxerga a tecnificação do território de maneira histórica,

relacionando-a ao desenvolvimento do meio técnico, que se torna também científico e, posteriormente, informacional.

Ora, a exportação de infraestrutura nada mais é do que exportação de meio técnico. Portanto, quando estamos compreendendo a paisagem da dependência, estamos ampliando a compreensão da conformação do meio técnico-científico-informacional segundo as premissas da desigualdade resultante da combinação imperialismo e dependência.

Esta relação demarca uma importante diferença entre periferia e centro. Enquanto a temporalidade do desenvolvimento do meio técnico científico informacional das nações centrais é desenvolvido de forma autônoma, nos países periféricos esta mudança ocorre de maneira heterônoma, mas não apenas, trata-se de uma heteronomia fragmentada posto que as mercadorias (infraestruturas) eram originárias de diferentes sistemas técnicos nacionais. Assim, as diferentes temporalidades técnicas de cada urbanização central encontram-se, no espaço urbano periférico, produzindo contradições, choques e adaptações necessárias. Enquanto, para os espaços exportadores, a existências de uma unicidade técnica é uma tendência interna demarcada por sua autonomia (provavelmente o sistema de metrô, barcas, ônibus e trens internamente a cada nação hegemônica, deveria falar uma língua em comum), para os espaços periféricos os sistemas técnicos trazem dificuldades de adaptação (do sistema de pesos e medidas às bitolas dos trens às tomadas de três pinos) que, no final das contas, significa a imposição de uma sociabilidade adaptável, de forma simultânea, às diferentes maneiras de imposição do capital (uma espécie de flexibilização permanente).

Portanto, a compreensão do meio técnico-científico-informacional exige um esforço teórico que nos conduz, invariavelmente, ao mundo do trabalho pois a transformação do território, segundo a história das técnicas, está ancorada nas transformações das relações de trabalho. Esta determinação é fundamental para que as análises realizadas a respeito das transformações urbanísticas não se atenham, como muitas vezes ocorre, à mera noção de circulação de renda imobiliária e valorização do solo.

Sobretudo, é importante compreender que a produção do espaço urbano como amplificador da sociabilidade do capital significa identificar os efeitos da alienação produzida pela mercadoria urbanizadora. A alienação do trabalho, que produz um não reconhecimento (e uma não apropriação) pela classe trabalhadora de sua própria obra, é percebida de maneira original por Lefebvre em “O direito à cidade” (Lefebvre, 2004b). Sua formulação identifica na fuga da cidade uma expressão da fuga do trabalho, e seu conceito reivindica uma contestação, uma necessidade de retomada da cidade, e do trabalho (e da produção) pela classe trabalhadora de forma emancipatória (Ribeiro, 2021). Resta saber o que significa emancipação diante de uma realidade organizada segundo as relações de dependência.

Ao nosso ver, a questão a colocar é a da própria natureza do espaço, formado, de um lado, pelo resultado material acumulado das ações humanas através do tempo e, de outro lado, animado pelas ações atuais que hoje lhe atribuem um dinamismo e uma funcionalidade. Paisagem e sociedade são variáveis complementares cuja síntese, sempre por refazer, é dada pelo espaço humano. (Santos, 2009, p.106).

O estudo da paisagem, neste contexto, torna-se um estudo da história das técnicas de transformação territorial que encontram, como ponto, de partida, histórias anteriores de

tecnificação, de trabalho. A combinação entre paisagem e trabalho reivindica uma relação de movimento histórico assentado nas diferentes temporalidades e espacialidades do trabalho. A dependência é fator definidor da paisagem urbana na periferia do capitalismo, e acreditamos que podemos compreender de maneira mais completa os próximos passos de suas mudanças se conseguirmos conectar os elementos descritos acima.

## Referências

- Davis, Mike. **Ecologia do Medo**. Rio de Janeiro: Record, 1998.
- DAVIS, Mike. **Planeta Favela**. São Paulo: Boitempo. 2007
- FERNANDES, Florestan. **Capitalismo dependente e classes sociais na América Latina**. São Paulo: Global, 2009.
- GRAHAM, Stephen. **Cidades sitiadas: o novo urbanismo militar**. São Paulo: Boitempo, 2016.
- HARVEY, David. **O novo imperialismo**. São Paulo: Edições Loyola, 2005.
- KOWARICK, Lucio. **A espoliação Urbana**. São Paulo: Editora Paz e Terra, 1993.
- LEFEBVRE, Henri. **A revolução urbana**. 2 ed. Belo Horizonte: UFMG, 2004a. 178p.
- LEFEBVRE, Henri. **O direito à cidade**. 3. ed. São Paulo: Centauro Editora, 2004b. 145p.
- LÊNIN, V. I.. **O imperialismo: fase superior do capitalismo**. São Paulo: Centauro, 2005.
- MARINI, Ruy Mauro. Dialética da dependência, 1973. In: TRASPADINI, Roberta; STÉDILE, João Pedro (Org.). **Ruy Mauro Marini: “dialética da dependência” e outros escritos**. São Paulo: Expressão Popular, 2022.
- MARX, Karl. **O Capital: crítica da economia política**, livro 1. São Paulo: Boitempo, 2013
- MATTOS, Marcelo Badaró. **A classe trabalhadora: de Marx ao nosso tempo**. São Paulo: Boitempo, 2019.
- MINTON, Anna. **Big Capital: Who is London for?** Londres: Penguin Books, 2017.
- RIBEIRO, Cláudio R. HALFEN, Vítor. Espaço, memória e esquecimento: o urbanismo empresarial-militar e a paisagem da dependência. In.: CALDEIRA, Aline (et al). **Estado e crise do capitalismo: da ditadura aos dias atuais**. São Paulo: usina Editorial, 2025. pp.113.37
- RIBEIRO, Cláudio. Rezende. O percurso da classe trabalhadora: um materialismo geográfico na obra engelsiana. **Germinal: marxismo e educação em debate**, Salvador, v. 13, n. 2, p. 251–270, 2021
- ROLNIK, Raquel. **Guerra dos lugares: A Colonização da Terra e da Moradia na Era das Finanças**. São Paulo: Boitempo, 2015
- SANTOS, Milton. **A natureza do Espaço: - técnica e tempo - razão e emoção**. São Paulo: Edusp, 2009.
- SANTOS, Milton. **A urbanização brasileira**. São Paulo: EDUSP, 2002
- SANTOS, Milton. **Ensaio sobre a urbanização latino-americana**. São Paulo: EDUSP, 2007

UNFPA. **State of world population 2007: Unleashing the Potential of Urban Growth**. Disponível em:  
[http://www.unfpa.org/webdav/site/global/shared/documents/publications/2007/695\\_filename\\_sowp2007\\_eng.pdf](http://www.unfpa.org/webdav/site/global/shared/documents/publications/2007/695_filename_sowp2007_eng.pdf)

